



Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º trimestre de 2020

Campo Grande, 14 de maio de 2020 - A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2020 (1T20).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1. Considerações gerais

Distribuidora de energia elétrica que atua em uma área de 328.338 km², a Companhia encerrou o trimestre com mais de 1 milhão de consumidores cativos e 200 consumidores livres, em 74 dos 79 municípios do Estado, atendendo uma população estimada pelo IBGE em aproximadamente 2,6 milhões de habitantes.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2019:

Desempenho Econômico-Financeiro			
Resultados - R\$ milhões			
Descrição	1T20	1T19	Varição %
Receita Operacional Bruta	1.043,1	1.117,0	- 6,6
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.001,9	1.074,2	- 6,7
Receita Operacional Líquida	692,8	749,4	- 7,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	651,5	706,6	- 7,8
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	131,2	158,7	- 17,4
EBITDA	155,9	182,3	- 14,5
EBITDA Ajustado	169,6	192,8	- 12,0
Resultado financeiro	(4,6)	(11,7)	- 60,5
Lucro Líquido	84,8	98,6	- 14,0
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.044,6	1.025,0	+ 1,9
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.218,2	1.232,3	- 1,1
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh)	1.524,1	1.507,6	+ 1,1
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	12,85	12,23	0,62 p.p
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	24,5	25,7	- 1,2 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
	31/03/2020	31/12/2019	Varição %
Ativo Total	3.578,7	3.411,4	+ 4,9
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	405,4	258,4	+ 56,9
Patrimônio Líquido	817,4	888,2	- 8,0
Endividamento Líquido	1.247,8	1.095,9	+ 13,9

⁽¹⁾ Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | ⁽²⁾ EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3. Desempenho operacional

3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.524,1 GWh, aumento de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As maiores contribuições ao avanço do consumo de energia na área da concessão foram oriundas das classes industrial (+5,5% ou 16,5 GWh), impulsionada pelo setor de abates; e residencial (1,2% ou 6,6 GWh), em função da temperatura elevada acima da média no período.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
Residencial	564,4	557,8	+ 1,2
Industrial	319,2	302,6	+ 5,5
Cativo Industrial	69,1	76,0	- 9,0
Livre Industrial	250,0	226,7	+ 10,3
Comercial	314,2	323,7	- 2,9
Cativo Comercial	274,3	289,5	- 5,3
Livre Comercial	39,9	34,2	+ 16,8
Rural	153,2	146,8	+ 4,3
Cativo Rural	151,0	145,5	+ 3,8
Livre Rural	2,2	1,4	+ 60,9
Outros	173,2	176,6	- 1,9
Cativo Outros	159,4	163,5	- 2,5
Livre Outros	13,8	13,1	+ 5,0
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.218,2	1.232,3	- 1,1
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	305,9	275,3	+ 11,1
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.524,1	1.507,6	+ 1,1
4 Fornecimento não faturado	12,1	-5,0	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.536,2	1.502,5	+ 2,2

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 1.044.579 unidades consumidoras cativas, número 1,9% superior ao registrado no fim trimestre (1.024.993), e com 200 consumidores livres.

3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia investiu em 2019 em ações e tecnologias para assegurar maior eficiência no combate a perdas, obtendo um resultado abaixo da meta regulatória de 12,99% de perdas totais. As perdas totais somaram 856,7 GWh (765,9 GWh no 1T19), representando 12,85% da energia requerida, 0,62 ponto percentual acima do mesmo período do ano anterior. O aumento no 1T20 foi predominantemente influenciado por dois fatores: (i) o crescimento da perda técnica, motivada pela redução da geração térmica na região sul e crescimento de mercado e (ii) o aumento da carga no mês de março com recorde histórico, sendo 12% superior a dez/19 e 10% superior a março de 2019. Cabe destacar que essa concessão permanece com as Perdas 0,14 ponto percentual abaixo de sua meta regulatória.

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	
9,15	9,41	9,66	3,08	2,88	3,19	12,23	12,29	12,85	12,99

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%)
mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	
573,2	618,6	643,9	192,7	189,4	212,9	765,9	808,0	856,7	+ 6,0

(1) Variação março de 2020/dezembro de 2019. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

3.3. Gestão da Inadimplência

3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	mar/20	mar/19	Varição em pontos percentuais
EMS	1,00	1,00	-

A EMS apresentou inadimplência constante em relação ao 1T19. Se não considerarmos a provisão extraordinária decorrente do advento da COVID-19, essa concessão teria apresentado melhora de 0,14 ponto percentual em função das classes comercial, poder público e iluminação pública, fruto das ações de cobranças administrativas e campanhas de arrecadação, com destaque para o pagamento de parcelas de contratos firmados com uma prefeitura.

3.3.2. Taxa de Arrecadação



A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	mar/20	mar/19	Varição em pontos percentuais
EMS	96,57	96,91	- 0,35

A EMS apresentou piora de 0,35 ponto percentual em função do crescimento dos clientes desligados, em sua maioria com contratos inativos. Para minimizar os impactos com esse segmento, as ações de suspensão de fornecimento e inscrições em serviços de proteção ao crédito estão sendo reforçadas.

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

Os indicadores ficaram abaixo dos limites regulatórios, registrando queda de 1,0% no DEC (de 10,84 para 10,73 horas) e acréscimo de 5,1% no FEC (de 4,35 para 4,57 vezes em 12 meses).

Distribuidoras Média móvel 12 meses	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	mar/20	mar/19	Var.(%)	mar/20	mar/19	Var.(%)		
EMS	10,73	10,84	- 1,0	4,57	4,35	+ 5,1	11,50 	8,17 

4. Desempenho Financeiro

4.1. Receita Operacional

No 1T20, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.001,9 milhões, ante R\$ 1.074,1 milhões registrados no 1T19, redução de 6,7% (R\$ 72,3 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou queda de 7,8% (R\$ 55,1 milhões) no trimestre, para R\$ 651,5 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	892,3	812,1	+ 9,9
✓ Residencial	444,6	399,8	+ 11,2
✓ Industrial	48,2	49,0	- 1,6
✓ Comercial	209,6	198,0	+ 5,9
✓ Rural	95,9	79,9	+ 20,0
✓ Outras classes	94,0	85,4	+ 10,2
(+) Suprimento de energia elétrica	1,0	66,1	- 98,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	15,5	(0,4)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	64,4	54,2	+ 18,9
(+) Receitas de construção	41,3	42,8	- 3,7
(+) Constituição e amortização - CVA	(28,3)	77,4	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	51,6	52,6	- 1,9
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	5,7	11,5	- 50,8
(+) Outras receitas	(0,4)	0,7	-
(=) Receita bruta	1.043,1	1.117,0	- 6,6
(-) Impostos sobre vendas	274,5	262,6	+ 4,5
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(2,7)	12,7	-
(-) Encargos setoriais	78,5	92,3	- 15,0
(=) Receita líquida	692,8	749,4	- 7,6
(-) Receitas de construção	41,3	42,8	- 3,7
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	651,5	706,6	- 7,8

Foram determinantes para esse desempenho:

- i) Aumento de 9,9% (R\$ 80,2 milhões) na receita bruta do mercado cativo;
- ii) Aumento de 18,9% (R\$ 10,2 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD);
- iii) Redução de R\$ 65,1 milhões no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias; e
- iv) Redução de R\$ 105,7 milhões nas subvenções vinculadas aos serviços.

4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 520,4 milhões no 1T20, redução de 5,0% (R\$ 27,6 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2019. Desse total, as despesas com PMSO Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram aumento de 5,9% (R\$ 5,6 milhões) totalizando R\$ 99,7 milhões.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T19	1T19	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	368,0	421,0	- 12,6
1.1 Energia comprada	314,9	366,6	- 14,1
1.2 Transporte de potência elétrica	53,2	54,4	- 2,3
2 Custos e Despesas controláveis	122,4	102,2	+ 19,7
2.1 PMSO	99,7	94,1	+ 5,9
2.1.1 Pessoal	41,7	41,8	- 0,2
2.1.2 Fundo de pensão	0,9	1,1	- 21,9
2.1.3 Material	6,5	5,9	+ 10,3
2.1.4 Serviços de terceiros	41,5	38,1	+ 9,1
2.1.5 Outras	9,0	7,2	+ 25,6
□ Multas e compensações	0,4	0,5	- 24,8
□ Contingências (liquidação de ações cíveis)	5,0	1,5	+ 225,1
□ Outros	3,7	5,2	- 28,5
2.2 Provisões/Reversões	22,7	8,1	+ 179,7
2.2.1 Contingências	2,7	(2,5)	-
2.2.2 Devedores duvidosos	20,0	10,6	+ 88,5
3 Demais receitas/despesas	29,9	24,7	+ 21,2
3.1 Depreciação e amortização	24,8	23,6	+ 5,0
3.2 Outras receitas/despesas	5,2	1,1	+ 362,3
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	520,4	547,9	- 5,0
Custo de construção	41,3	42,8	- 3,7
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	561,6	590,7	- 4,9

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

4.3.1. Lucro líquido e geração de caixa

No 1T20, o lucro líquido da Companhia somou R\$ 84,8 milhões, ante R\$ 98,6 milhões registrados no mesmo período de 2019, redução de 14,0%. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 169,6 milhões no 1T20, contra R\$ 192,8 milhões apurados no 1T19, queda de 12,0%.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
(=) Lucro Líquido	84,8	98,6	- 14,0
(-) Contribuição social e imposto de renda	(41,7)	(48,4)	- 13,8
(-) Resultado financeiro	(4,6)	(11,7)	- 60,5
(-) Depreciação e amortização	(24,8)	(23,6)	+ 5,0
(=) Geração de caixa (EBITDA)	155,9	182,3	- 14,5
(+) Receita de acréscimos moratórios	13,7	10,5	+ 30,0
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	169,6	192,8	- 12,0
Margem do EBITDA Ajustado (%)	24,5	25,7	- 1,2 p.p.

4.3.2. Dividendos

O Conselho de administração da Energisa Mato Grosso do Sul aprovou em reunião no dia 25 de março último a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 29 de fevereiro de 2020, no montante de R\$43.306.053,02. Esses dividendos foram pagos a partir de 26 de março de 2020.

5. Estrutura de capital

5.1. Caixa e Endividamento

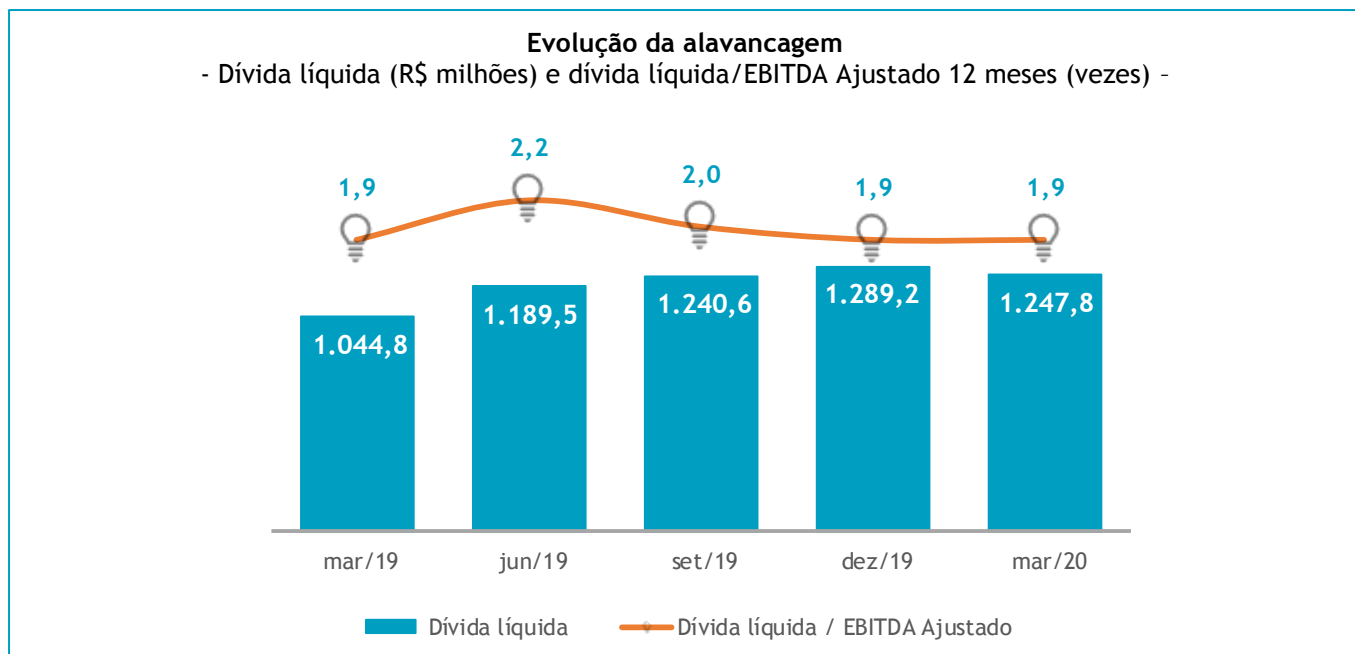
A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 515,2 milhões em 31 de março de 2020, frente aos R\$ 400,7 milhões no final de dezembro de 2019. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 109,9 milhões em março de 2020 e R\$ 142,3 milhões em dezembro de 2019.

Em 31 de março de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 1.247,8 milhões, contra R\$ 1.289,2 milhões em dezembro de 2019. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidados se manteve no patamar de 1,9 vezes.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de março de 2020 e 2019:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2019
Circulante	409,4	230,8	15,5
Empréstimos e financiamentos	64,7	64,8	(0,2)
Debêntures	336,9	155,0	5,4
Encargos de dívidas	5,8	4,9	3,3
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	3,0	3,0	0,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(1,1)	3,1	6,2
Não Circulante	1.353,7	1.459,1	1.414,9
Empréstimos e financiamentos	797,2	747,7	685,5
Debêntures	627,1	745,1	759,6
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	27,3	26,8	5,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(98,0)	(60,5)	(35,8)
Total das dívidas	1.763,0	1.689,9	1.430,4
(-) Disponibilidades financeiras	405,4	258,4	188,8
Total das dívidas líquidas	1.357,6	1.431,5	1.241,6
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	23,9	27,9	38,2
(-) Créditos CVA	85,9	114,5	158,6
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	1.247,8	1.289,2	1.044,8
Indicador relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	1,9	1,9	1,9

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.



6. Investimentos

Com a prioridade de investir em obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, assim como promover a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Companhia investiu R\$ 51,1 milhões no trimestre, ante R\$ 57,5 milhões no mesmo período do ano anterior.

A composição dos investimentos no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
Ativo Elétrico	41,4	52,0	- 20,4
Obrigações Especiais	7,0	3,4	+ 105,9
Ativo não Elétrico	2,7	2,1	+ 28,6
Total dos Investimentos	51,1	57,5	- 11,1

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

7. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia nos primeiros três meses de 2020 foi de R\$ 219 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais)

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo	-	-
Circulante	-	-
Caixa e equivalente de caixa	71.334	59.108
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	298.528	164.304
Consumidores e concessionárias	588.193	565.539
Estoques	12.323	11.625
Instrumentos financeiros derivativos	2.741	1.098
Tributos a recuperar	90.330	89.708
Ativos financeiros setoriais	209.732	213.748
Outros créditos	84.655	86.536
Total do circulante	1.357.836	1.191.666
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	35.528	34.970
Consumidores e concessionárias	43.401	43.234
Tributos a recuperar	18.836	19.616
Créditos tributários	37.913	50.966
Cauções e depósitos vinculados	83.392	84.053
Instrumentos financeiros derivativos	97.996	60.504
Ativos financeiros setoriais	4.041	48.355
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.116.163	1.095.447
Outros créditos	3.607	3.671
	1.440.877	1.440.816
Investimentos	533	533
Imobilizado	11.284	10.738
Intangível	675.566	691.133
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	92.589	76.509
Total do não circulante	2.220.849	2.219.729
Total do ativo	3.578.685	3.411.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais)

	31/03/2020	31/12/2019
Passivo	-	-
Circulante	-	-
Fornecedores	212.242	237.772
Encargos de dívidas	5.797	4.897
Empréstimos e financiamentos	64.725	64.778
Debentures	336.943	154.964
Folha de pagamento	1.162	1.153
Impostos e contribuições sociais	101.752	93.844
Instrumentos financeiros derivativos	1.609	4.211
Obrigações estimadas	28.172	26.812
Contribuição de iluminação pública	25.278	26.587
Benefícios pós-emprego	3.037	3.037
Obrigações intrassetoriais	39.481	37.423
Incorporação de redes	4.595	4.843
Passivos financeiros setoriais	82.225	92.861
Arrendamentos operacionais	2.497	2.243
Dividendos a pagar	155.692	
Outros passivos	25.206	26.041
Total do circulante	1.090.413	781.466
Não circulante		
Fornecedores	17.766	17.076
Empréstimos e financiamentos	797.246	747.734
Debentures	627.124	745.071
Impostos e contribuições sociais	23.535	22.218
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	114.186	110.602
Benefícios pós-emprego	27.287	26.801
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações intrassetoriais	12.470	11.451
Passivos financeiros setoriais	45.625	54.785
Arrendamentos operacionais	3.396	3.997
Outros passivos	2.235	1.966
Total do não circulante	1.670.870	1.741.701
Patrimônio líquido		
Capital social	616.732	616.732
Reservas de capital	119.090	119.004
Reservas de lucros	57.286	57.286
Dividendos adicionais propostos	-	112.386
Lucros (Prejuízos) Acumulados	41.474	
Outros resultados abrangentes	(17.180)	(17.180)
Total do patrimônio líquido	817.402	888.228
Total do passivo e patrimônio líquido	3.578.685	3.411.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	1T120	1T19
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	907.869	811.666
Suprimento de energia elétrica	979	66.090
Disponibilidade do Sistema Elétrico	64.421	54.196
Receita de construção	41.252	42.832
Outras receitas	28.582	142.276
	1.043.103	1.117.060
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	181.580	165.011
PIS, Cofins e ISS	92.929	97.630
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	(2.663)	12.672
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	78.486	92.299
	350.332	367.612
Receita operacional líquida	692.771	749.448
Despesas operacionais		
Energia elétrica comprada	314.867	366.595
Encargos de uso do sistema	53.154	54.377
Pessoal	41.747	41.847
Entidade de previdência privada	867	1.111
Material	6.519	5.909
Serviços de terceiros	41.537	38.070
Depreciação e amortização	24.756	23.575
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingência	22.686	8.111
Custo de construção	41.252	42.832
Outras despesas	9.037	7.196
Outras Receitas/Despesas operacionais	5.182	1.120
	561.604	590.743
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	131.167	158.705
Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeira	1.765	3.023
Variação monetária e acréscimo moratório	13.683	10.529
Outras receitas financeiras	15.635	5.790
Encargos de dívidas - juros	(21.833)	(25.992)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	(63.924)	(3.091)
Marcação mercado de dívidas e derivativos	(29)	-
(-)Transferência p/Imob curso	99	137
Outras despesas financeiras	49.967	(2.129)
	(4.637)	(11.733)
Resultado antes dos tributos	126.530	146.972
Contribuição social e imposto de renda	(41.750)	(48.416)
Lucro líquido do período	84.780	98.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às informações trimestrais para o** **período findo em 31 de março de 2020** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Campo Grande - MS, controlada pela Rede Energia Participações S/A (REDE), atuando na área de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão legal que abrange 328.335 km², 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 1.044.779 consumidores em 74 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia obteve registro de Companhia aberta na CVM em 28 de agosto de 1981.

Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a concessão para a distribuição de energia elétrica em 74 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 03 de dezembro de 2027. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder Concedente.

O contrato de concessão de distribuição contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e a receita de construção, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13, 14 e 23, respectivamente.

Risco do Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado o fato que vários casos de contágio e disseminação da doença vem se espalhando por vários países ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão. Ao mesmo tempo, restringiu a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupo de consumidores, que vem provocando queda no consumo e na arrecadação da Companhia.

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

Pessoas

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da Covid-19;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho;
- Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020.

Negócios

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos na ordem de R\$97.100, ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento não sofreram impactos relevantes;

- Busca pela redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019;
- Como resultado das projeções de inadimplência dos mercados onde a Companhia opera, foi efetuado uma provisão extra para perdas esperadas de aproximadamente R\$5.088;
- Foram contratados novos empréstimos e liquidados outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020;
- Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas quanto o valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas informações financeiras trimestrais;
- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento das contribuições do Pis, Cofins e da Previdência das competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020 em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE.
- O reajuste tarifário da Companhia foi aprovado pela ANEEL em abril de 2020, todavia, foi suspenso até 30 de junho de 2020 e em contrapartida haverá o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros.

A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 17 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2020.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

3. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras intermediárias.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso Sul, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2020 equivale a 96,3% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2019).

	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários à vista	23.039	26.533
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	48.295	32.575
Compromissadas	48.295	32.575
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	71.334	59.108

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, certificado de Depósito Bancário (CDB's), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2020 equivale a 73,9% do CDI (108,20% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

	31/03/2020	31/12/2019
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	334.056	199.274
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.691	13.559
Fundo de Investimento ⁽¹⁾	1.714	1.704
Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾	283.123	149.041
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.385	3.292
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	523	370
Compromissadas	14.793	16.242
Títulos públicos	93.872	33.379
Fundo de Renda Fixa	37.364	27.916
Letra financeira do Tesouro (LFT)	123.913	63.504
Letra financeira (LF)	-	49
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LTN)	2.203	1.294
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	5.070	2.995
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽³⁾	35.528	34.970
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	334.056	199.274
Circulante	298.528	164.304
Não circulante	35.528	34.970

(1) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -484,4% a 85,6% (92,1% a 107,7% em 31 de dezembro de 2019) e média ponderada 60,9% do CDI (107,0% em 31 de dezembro de 2019)

- (2) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos públicos, LFT, LF, LTN e NTN-B são remuneradas 104,1% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 15,1% (115,7% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo Zona da Mata.
- (3) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01/10/2034.
- (4) Inclui R\$50.933 (R\$50.233 em 31 de dezembro de 2019) referentes a recursos vinculados a empréstimos, conselho consumidor, Programa Luz para Todos e bloqueio judicial.

	31/03/2020	31/12/2019
Depósito judicial credores	1.714	1.704
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	35.528	34.970
Programa Luz para todos	13.244	13.110
Outros	447	449
Total	50.933	50.233

5. Consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽³⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2020	31/12/2019
Valores correntes:									
Residencial	81.963	-	79.486	9.920	2.026	3.140	(17.903)	158.632	146.020
Industrial	14.326	-	6.358	414	690	3.608	(3.929)	21.467	21.539
Comercial	38.234	-	21.738	4.575	4.058	7.166	(12.072)	63.699	60.374
Rural	14.635	-	12.730	3.590	380	501	(1.087)	30.749	30.292
Poder público	17.457	-	6.378	198	-	2	(267)	23.768	21.242
Iluminação pública	7.562	-	389	26	-	-	(81)	7.896	8.285
Serviço público	8.559	-	63	32	-	-	(170)	8.484	9.435
Fornecimento não faturado	223.118	-	-	-	-	-	-	223.118	207.578
Arrecadação Processo Classificação	2.515	-	-	-	-	-	-	2.515	2.549
Valores renegociados:									
Residencial	5.901	19.190	3.903	1.616	1.288	3.236	(12.979)	22.155	22.597
Industrial	1.368	3.882	638	331	518	2.468	(5.059)	4.146	3.357
Comercial	2.302	26.310	1.365	442	555	1.719	(5.108)	27.585	26.285
Rural	1.202	8.500	787	319	145	393	(6.755)	4.591	4.967
Poder público	1.946	17.718	819	34	27	22	(84)	20.482	26.313
Iluminação pública	359	911	54	-	-	7	(7)	1.324	1.756
Serviço público	26	88	15	14	24	155	(303)	19	44
(-) Ajuste valor Presente ⁽¹⁾	(99)	(7.743)	-	-	-	-	-	(7.842)	(9.905)
Subtotal -clientes	421.374	68.856	134.723	21.511	9.711	22.417	(65.804)	612.788	582.728
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽²⁾	318	-	-	-	-	2.299	-	2.617	7.445
Outros ⁽⁴⁾	11	-	10.185	1.643	1.537	3.398	(585)	16.189	18.600
Total	421.703	68.856	144.908	23.154	11.248	28.114	(66.389)	631.594	608.773
Circulante								588.193	565.539
Não circulante								43.401	43.234

- (1) Ajuste a Valor Presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizada a taxa média anual de CDI de 3,96% a.a. (4,60% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Composição dos saldos da CCEE	31/03/2020	31/12/2019
Créditos a Vencer	318	5.146
Créditos vinculados a liminares ^(a)	2.299	2.299
Subtotal créditos CCEE	2.617	7.445
(-) Aquisições de Energia na CCEE	(31.136)	(52.999)
(-) Encargos de serviços de sistema	(488)	(586)
Total débitos CCEE	(29.007)	(46.140)

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alteração, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(3) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que neste momento estão agravadas pelo cenário da pandemia do Covid-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias voltarão a ter a possibilidade de suspensão da energia após 01/07/2020 já que o prazo para o desligamento da energia elétrica por não pagamento se encerra em 30/06/2020. Outro fator atenuante são as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores como já anteriormente exposto. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Segue movimentação das provisões:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018	54.340	50.329
Provisões constituídas no período/exercício	20.031	26.511
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(7.982)	(22.500)
Saldo final - 31/03/2020 e 31/12/2019- consumidores e concessionárias	66.389	54.340

(4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$8.583 (R\$7.302 em 31 de dezembro de 2019), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

6. Tributos a recuperar

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	35.070	36.216
Imposto de Renda - IRPJ	41.680	38.550
Contribuição Social - CSSL	15.582	15.491
PIS e COFINS	13.628	15.452
Outros	3.206	3.615
Total	109.166	109.324
Circulante	90.330	89.708
Não circulante	18.836	19.616

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Reajuste, Revisão Tarifária e outros assuntos regulatórios

7.1. Reajuste tarifário

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 02 abril de 2019 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.525, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 08 de abril de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 12,39%.

7.2. Revisão tarifária

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 03 de abril de 2018 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.380 e Nota Técnica nº 65/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia, a vigorar a partir de 08 de abril de 2018. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 9,87%.

7.3. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela; e

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R\$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R\$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R\$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

Nos períodos findos as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2020	31/12/2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

7.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

O grupo Energisa envidou seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores para se manter dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%) durante o período.

A Companhia não apurou valores de sobrecontratação no período.

8. Ativos e Passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (I)										
Energia elétrica comprada para revenda	156.305	10.381	(61.258)	203	-	105.631	4.765	100.866	103.670	1.961
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	763	-	(553)	-	(167)	43	43	-	43	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	14.091	7.406	-	146	-	21.643	-	21.643	21.222	421
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	3.818	841	(837)	30	-	3.852	65	3.787	3.778	74
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	24.272	1.329	(5.925)	226	-	19.902	461	19.441	19.524	378
Componentes financeiros										
CUSD	98	114	(42)	2	-	172	3	169	169	3
Exposição de submercados	60.061	(29)	(6.817)	528	-	53.743	530	53.213	52.708	1.035
Garantias (V)	552	121	(125)	8	-	556	10	546	545	11
Saldo a Compensar (VI)	1.429	9.529	(458)	(108)	(2.213)	8.179	36	8.143	8.021	158
Outros itens financeiros (VII)	714	-	(662)	-	-	52	52	-	52	-
TOTAL ATIVO	262.103	29.692	(76.677)	1.035	(2.380)	213.773	5.965	207.808	209.732	4.041

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (I)										
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	696	-	(646)	-	-	50	50	-	50	-
Encargo de serviços de sistema ESS (III)	61.754	13.690	(16.901)	432	-	58.975	1.315	57.660	57.854	1.121
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	2.031	-	15	(167)	1.879	-	1.879	1.842	37
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (IV)	4.850	9.401	(4.306)	330	-	10.275	335	9.940	10.082	193
Sobrecontratação de energia (II)	41.019	(3.215)	(25.420)	220	-	12.604	1.977	10.627	12.397	207
Saldo a compensar	-	2.209	-	4	(2.213)	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias (VIII)	39.327	4.466	(1)	275	-	44.067	-	44.067	-	44.067
TOTAL PASSIVO	147.646	28.582	(47.274)	1.276	(2.380)	127.850	3.677	124.173	82.225	45.625
Saldo líquido	114.457	1.110	(29.403)	(241)	-	85.923	2.288	83.635	127.507	(41.584)

- I. **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- II. **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- III. **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- IV. **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

- V. **Garantias Financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- VI. **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- VII. **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das distribuidoras, tais como: Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.
- VIII. **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP) iniciado em novembro de 2017, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).

9. Outros créditos

	31/03/2020	31/12/2019
Subvenção Baixa renda ⁽¹⁾	7.770	7.609
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	16.159	20.249
Adiantamentos a empregados	5.598	5.854
Adiantamentos a fornecedores	380	295
Dispêndios a reembolsar	992	992
Ordens de desativações e alienações em curso ⁽³⁾	8.190	6.335
Ordens de serviços em curso - P&D	19.996	18.480
Ordens de serviços em curso - PEE	12.187	12.234
Padrão baixa renda	3.260	3.260
Aplicações vinculadas	364	403
Despesas pagas antecipadamente	2.473	2.706
Banco Daycoval ⁽⁴⁾	61.818	61.818
(-) Provisão para perdas Daycoval ⁽⁴⁾	(61.818)	(61.818)
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽⁵⁾	5.181	5.586
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA	(1.574)	(1.915)
Outros créditos a receber	7.286	8.119
Total	88.262	90.207
Circulante	84.655	86.536
Não circulante	3.607	3.671

- (1) **Subvenção Baixa Renda:** esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de fevereiro e março de 2020, o qual a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - circulante - 31/12/2019 e 31/12/2018	7.609	7.893
Subvenção Baixa Renda	11.596	39.581
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(11.435)	(39.865)
Saldo final - circulante - 31/03/2020 e 31/12/2019	7.770	7.609

- (2) O saldo de subvenção CDE - Desconto Tarifário refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do exercício, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do período seguinte.

Segue a movimentação ocorridas no período / exercício:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - circulante - 31/12/2019 e 31/12/2018	20.249	27.099
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural aplicados na tarifa	40.017	164.698
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(44.107)	(171.548)
Saldo final - circulante - 31/03/2020 e 31/12/2019	16.159	20.249

- (3) Refere-se às desativações relativas às UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível ou realização.
- (4) Refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S/A para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da Administração da Companhia.
- (5) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A, realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensavam, que quitou perante as Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do montante inicial da negocial, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034, cujo saldo atualizado é de R\$5.181 (R\$5.586 em 31 de dezembro de 2019).

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (64,01% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Multi Energisa Serviços S/A, Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), QMRA Participações S/A e Rede Power Holding de Energia S/A, que também possui 35,92% de participação no capital social da Companhia.

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A que participa com 70% no capital social. A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,97%). A Energisa é controladora direta da Energisa Participações Minoritárias S/A (85,31%) que por sua vez possui participação direta na Rede Energia Participações S/A de 29,57% e na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A com 39,82%.

Transações efetuadas durante o período / exercício pela Companhia:

	Serviços Contratados (Despesas)	Energia Elétrica comprada para revenda (Custo)	Debêntures - despesas financeiras	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar debêntures
Energisa S/A ^(1 e 2)	8.135	-	1.929	2.786	152.895
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ⁽³⁾	-	1.584	-	175	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ⁽³⁾	-	327	-	36	-
Multi Energisa S/A ⁽⁴⁾	3.420	-	-	2.273	-
Energisa Soluções e Construções e Serviços em Linha e Rede S/A ⁽⁵⁾	3.428	-	-	1.587	-
Energisa Soluções S/A ⁽⁵⁾	464	-	-	12	-
31/03/2020	15.447	1.911	1.929	6.869	152.895
31/12/2019	-	-	-	9.826	150.965
31/03/2019	15.972	-	2.580	-	-

- (1) **Energisa S/A:** refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.
- (2) **Energisa S/A - debêntures** - a companhia efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa 17. Em 31 de março de 2020 o valor atualizado é de R\$152.895 (R\$150.965 em 31 dezembro de 2019).
- (3) **Contratos relacionados ao setor elétrico:** a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado, CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

- (4) **Multi Energisa S/A:** refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (5) **Energisa Soluções e Energisa Construções e Linhas e Redes S/A - Serviços de Manutenção:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

Remuneração dos administradores

	31/03/2020	31/03/2019
Remuneração Anual ⁽¹⁾	6.381	7.816
Remuneração dos membros do conselho de Administração	110	106
Remuneração da Diretoria	482	460
Outros Benefícios ⁽²⁾	240	248

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 29 de abril de 2020. Para o exercício de 2019 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2019.

(2) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de março, foram de R\$55 e R\$2 (R\$51 e R\$2 em 31 de março de 2019) respectivamente. A remuneração média no período de março de 2020 foi de R\$18 (R\$17 em 31 de março de 2019).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas-chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 18.538 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 15.359 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2020.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	18.538	15.359
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(a)	8,20%	7,7%
Volatilidade ^(b)	25,61%	23,98%
Valor justo na data da outorga	R\$27,68	R\$34,07

(a) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022)

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo em 31 de março de 2020, foram contabilizados R\$86 (R\$23 em 31 de março de 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período/exercício na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula, em 31 de março de 2020, R\$495 (R\$409 em 31 de dezembro de 2019).

11. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo		
Diferenças temporais:		
Imposto de renda	113.943	111.773
Contribuição social sobre o lucro líquido	41.019	40.238
Total	154.962	152.011
Passivo		
Diferenças temporais:		
Imposto de renda	86.065	74.298
Contribuição social sobre o lucro líquido	30.984	26.747
Total	117.049	101.045
Total líquido - ativo não circulante	37.913	50.966

As diferenças temporárias são como segue:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	114.186	38.823	110.602	37.605
Amortização do ágio	83.434	28.368	86.125	29.283
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	118.164	40.176	114.145	38.809
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	66.389	22.572	54.340	18.476
Outras adições temporárias	19.039	6.473	18.342	6.236
Marcação a mercado - dívida	16.052	5.458	23.297	7.921
Ajuste a valor presente	7.842	2.667	9.905	3.367
Provisão ajuste atuarial	30.323	10.310	29.836	10.145
Contratos e prestação de Serviços	341	116	498	169
Marcação a mercado derivativo	(99.128)	(33.704)	(57.391)	(19.513)
Parcela do VNR do ativo financeiro	(245.134)	(83.346)	(239.799)	(81.532)
Total - Ativo não circulante	111.508	37.913	149.900	50.966

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2020	9.988
2021	17.714
2022	20.083
2023	18.169
2024	18.547
2025	20.330
2026 e 2027	50.131
Total	154.962

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	31/03/2020	31/03/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	126.530	146.972
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(43.020)	(49.970)
Incentivos fiscais	516	781
Outras exclusões / (adições)	754	773
Imposto de renda e contribuição social	(41.750)	(48.416)
Alíquota efetiva	33,00%	32,94%

12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinado pela Companhia e a Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$5.659 (R\$41.388 em 31 de dezembro de 2019).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo financeiro valor justo -31/12/2019 e 31/12/2018	1.095.447	915.844
Adições no período/exercício ⁽¹⁾	15.807	141.274
Baixas no período/exercício	(750)	(3.059)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	5.659	41.388
Ativo financeiro valor justo -31/03/2020 e 31/12/2019	1.116.163	1.095.447

(1) Transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

13. Imobilizado e Intangível

	31/03/2020	31/12/2019
Imobilizado	11.284	10.738
Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	675.566	691.133
Total	686.850	701.871

(1) Refere-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas durante o prazo da concessão, exceto quanto ao montante de R\$5.695 (R\$6.063 em 31 de dezembro de 2019) de direito de uso - imóveis.

	Taxa Média de Depreciação e Amortização	Saldos 31/12/2019	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização/ Depreciação ⁽³⁾	Saldos 31/03/2020
Intangível Em Serviço							
Custo	4,43%	2.673.759	-	12.916	(8.911)	-	2.677.764
Amortização Acumulada		(1.758.432)	-	-	7.250	(33.570)	(1.784.752)
Subtotal		915.327	-	12.916	(1.661)	(33.570)	893.012
Direito de Uso - Imóveis ⁽⁴⁾							
Custo		7.667	2	-	-	-	7.669
Amortização Acumulada		(1.604)	-	-	-	(370)	(1.974)
Subtotal		6.063	2	-	-	(370)	5.695
Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
	3,84%						
Custo		801.279	-	1.780	-	-	803.059
Amortização Acumulada		(571.022)	-	-	-	(8.896)	(579.918)
Subtotal		230.257	-	1.780	-	(8.896)	223.141
Total Intangível		691.133	2	11.136	(1.661)	(25.044)	675.566
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Máquinas e Equipamentos	16,46%	41.558	-	107	-	-	41.665
Móveis e utensílios	6,25%	7.295	-	-	-	-	7.295
Total do imobilizado em serviço		48.853	-	107	-	-	48.960
Depreciação acumulada							
Máquinas e Equipamentos		(33.945)	-	-	-	(524)	(34.469)
Móveis e utensílios		(4.953)	-	-	-	(88)	(5.041)
Total Depreciação acumulada		(38.898)	-	-	-	(612)	(39.510)
Subtotal Imobilizado		9.955	-	107	-	(612)	9.450
Imobilizado em curso		783	1.158	(107)	-	-	1.834
Total do Imobilizado		10.738	1.158	-	-	(612)	11.284
Total Ativo Intangível e Imobilizado		701.871	1.160	11.136	(1.661)	(25.656)	686.850

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) As baixas no montante de R\$1.661, referem-se às baixas realizadas no período contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

- (3) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$900 (R\$3.465 em 31 de dezembro de 2019).
- (4) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização/ Depreciação ⁽³⁾	Saldo 31/12/2019
Intangível em Serviço								
Custo	4,37%	2.611.322	-	-	101.743	(39.306)	-	2.673.759
Amortização Acumulada		(1.659.784)	-	-	(59)	31.668	(130.257)	(1.758.432)
Subtotal		951.538	-	-	101.684	(7.638)	(130.257)	915.327
Direito de Uso - Imóveis ⁽⁴⁾								
Custo		-	6.718	949	-	-	-	7.667
Amortização Acumulada		-	-	-	-	-	(1.604)	(1.604)
Subtotal		-	6.718	949	-	-	(1.604)	6.063
Obrigações vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo	3,84%	796.445	-	-	4.834	-	-	801.279
Amortização Acumulada		(535.771)	-	-	-	-	(35.251)	(571.022)
Subtotal		260.674	-	-	4.834	-	(35.251)	230.257
Total Intangível		690.864	6.718	949	96.850	(7.638)	(96.610)	691.133
Imobilizado em Serviço								
Custo								
Máquinas e Equipamentos	16,43%	39.012	-	-	2.546	-	-	41.558
Móveis e utensílios	6,25%	7.187	-	-	108	-	-	7.295
Total do imobilizado em serviço		46.199	-	-	2.654	-	-	48.853
Depreciação acumulada								
Máquinas e Equipamentos		(31.911)	-	-	-	-	(2.034)	(33.945)
Móveis e utensílios		(4.605)	-	-	-	-	(348)	(4.953)
Total Depreciação acumulada		(36.516)	-	-	-	-	(2.382)	(38.898)
Subtotal Imobilizado		9.683	-	-	2.654	-	(2.382)	9.955
Imobilizado em curso		-	-	3.437	(2.654)	-	-	783
Total do Imobilizado		9.683	-	3.437	-	-	(2.382)	10.738
Total Ativo Intangível e Imobilizado		700.547	6.718	4.386	96.850	(7.638)	(98.992)	701.871

- (1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.
- (2) As baixas no montante de R\$7.638 referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$3.465 (R\$6.117 em 2018).
- (4) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,43% (4,37% em 31 de dezembro de 2019).

O saldo do intangível e do Ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são como segue:

	31/03/2020	31/12/2019
Contribuição do consumidor ⁽¹⁾	680.370	751.432
Universalização - CDE ⁽²⁾	202.677	124.649
Universalização - Governo do Estado ⁽²⁾	7.973	7.973
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	62.753	62.753
(-) Amortização acumulada	(579.918)	(571.022)
Total	373.855	375.785
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	138.304	134.299
Infraestrutura - Intangível em serviço	223.141	230.257
Ativo contratual - infraestrutura em construção	12.410	11.229
Total	373.855	375.785

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado estão destinadas ao Programa Luz para Todos.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldo 31/12/2019	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldo 31/03/2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	87.738	49.989	(12.916)	(19.812)	104.999
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	11.229	6.966	(1.780)	(4.005)	12.410
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	76.509	43.023	(11.136)	(15.807)	92.589

	Saldo 31/12/2018	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldo 31/12/2019
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	105.451	234.832	(101.684)	(150.861)	87.738
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	10.345	15.305	(4.834)	(9.587)	11.229
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	95.106	219.527	(96.850)	(141.274)	76.509

(1) O montante de R\$11.136 (R\$ 96.850 em 31 de dezembro de 2019) foi transferido para o Intangível.

(2) As baixas no montante de R\$15.807 (R\$141.274 em 31 de dezembro de 2019) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. Fornecedores

	31/03/2020	31/12/2019
CCEE ⁽¹⁾	31.136	52.999
Contrato bilateral ⁽²⁾	154.503	147.984
Uso do sistema e transmissão/distribuição ⁽²⁾	846	853
Encargos do Serviço do Sistema	488	586
Materiais, serviços e outros ⁽³⁾	43.035	52.426
Total	230.008	254.848
Circulante	212.242	237.772
Não circulante	17.766	17.076

(1) No primeiro trimestre de 2020 a conta CCEE sofreu uma grande redução em consequência das condições hidrológicas mais favoráveis do Sistema Interligado Nacional (SIN), aliadas à um PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) mais baixo. Em novembro e dezembro de 2019 a geração das usinas hidrelétricas foi abaixo da média e as distribuidoras foram obrigadas a assumir um custo maior em decorrência do Risco hidrológico associado a um PLD elevado. Está previsto na Lei nº 12.783/2013, que as despesas relacionadas ao Risco hidrológico são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(2) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(3) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
CDI	286.852	70.000	-	(2.669)	3.568	-	-	357.751
TR	291.492	-	-	(4.762)	4.840	-	-	291.570
Gastos com captação	-	-	-	-	4	(166)	-	(162)
Total do custo	578.344	70.000	-	(7.431)	8.412	(166)	-	649.159
Gastos com captação								
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	185.916	-	(83.007)	(1.997)	49.627	-	-	150.539
Euro	51.345	-	-	(157)	13.709	-	-	64.897
Gastos com captação	(535)	-	-	-	55	-	-	(480)
Marcação a mercado	2.339	-	-	-	-	-	1.314	3.653
Total ao valor justo	239.065	-	(83.007)	(2.154)	63.391	-	1.314	218.609
Total	817.409	70.000	(83.007)	(9.585)	71.803	(166)	1.314	867.768
Circulante	69.675	-	-	-	-	-	-	70.522
Não circulante	747.734	-	-	-	-	-	-	797.246

	Saldo em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo						
Moeda Nacional						
Pós Fixado						
CDI	220.504	65.000	(14.493)	15.841	-	286.852
TR	291.414	-	(19.515)	19.593	-	291.492
Total do custo	511.918	65.000	(34.008)	35.434	-	578.344
Gastos com captação						
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	178.866	-	(8.102)	15.152	-	185.916
Euro	-	50.000	(298)	1.643	-	51.345
Gastos com captação	(757)	-	-	222	-	(535)
Marcação a mercado	1.573	-	-	-	766	2.339
Total ao valor justo	179.682	50.000	(8.400)	17.017	766	239.065
Total	691.600	115.000	(42.408)	52.451	766	817.409
Circulante	3.277					69.675
Não circulante	688.323					747.734

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	31/03/2020	31/12/2019					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	291.570	291.492	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	1,71%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	220.176	220.250	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	1,18%	R
Nota Flutuante de Juros - Santander	67.432	66.602	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final	1,23%	A
Nota Promissória (1)	70.143	-	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	1,25%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(162)	-	-	-	-	-	A
Total em Moeda Nacional	649.159	578.344					
Loan Citi - 4131 (1)	75.286	58.398	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	31,09%	A
Loan Citi EDC- 4131 (1)	75.253	58.367	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	31,12%	A
Loan Citi - 4131 (1 e 4)	-	69.151	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	30,88%	A
Loan Citi - 4131 (1)	64.897	51.345	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	26,65%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(480)	(535)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.653	2.339	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	218.609	239.065					
Total	867.768	817.409					

(*) A=Aval Energisa S/A e R=Recebíveis.

(1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 27). Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

(2) Em 31 de março de 2020, estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 27).

(3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo 31 de março de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 27 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

(4) Em 16 de março de 2020 a Companhia efetuou a liquidação dos contratos no valor de R\$83.075.

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$35.528 (R\$34.970 em 31 de dezembro de 2019), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2020	31/12/2019
US\$ x R\$	28,98%	4,02%
TJLP	1,25%	6,17%
SELIC	1,01%	5,96%
CDI	1,01%	5,96%
IPCA	0,53%	4,31%
LIBOR	1,69%	2,33%
TR	0,00%	0,00%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	88.840
2022	163.989
2023	91.917
2024	21.930
Após 2024	430.570
Total	797.246

17. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	701.463	75.000	(12.056)	8.601	-	-	773.008
IPCA	181.125	-	(4.054)	4.922	-	-	181.993
Gastos com captação	(3.511)	-	-	431	(253)	-	(3.333)
Marcação a mercado	20.958	-	-	-	-	(8.559)	12.399
Total do custo	900.035	75.000	(16.110)	13.954	(253)	(8.559)	964.067
Circulante	154.964						336.943
Não circulante	745.071						627.124

	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	593.022	110.000	(46.253)	44.694	-	-	701.463
IPCA	173.956	-	(7.966)	15.135	-	-	181.125
Gastos com captação	(4.459)	-	-	1.345	(397)	-	(3.511)
Marcação a mercado	11.049	-	-	-	-	9.909	20.958
Total do custo	773.568	110.000	(54.219)	61.174	(397)	9.909	900.035
Circulante	11.893						154.964
Não circulante	761.675						745.071

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	31/03/2020	31/12/2019						
Debêntures 8ª Emissão	300.524	304.713	15/09/2017	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	1,09%
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	12.062	11.757	15/10/2017	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	1,63%
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.251	2.192	15/10/2017	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	1,69%
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	4.195	4.084	15/10/2017	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	1,78%
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	134.387	132.932	15/10/2017	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,09%
Debêntures 10ª Emissão	150.845	153.506	15/02/2018	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	1,25%
Debêntures 11ª Emissão	163.485	163.092	15/09/2018	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debêntures 12ª Emissão	111.631	110.312	10/06/2019	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	1,19%
Debêntures 13ª Emissão	75.621	-	22/01/2020	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	1,19%
Custos de captação incorridos na captação	(3.333)	(3.511)						
Marcação à Mercado de Dívida	12.399	20.958						
Total	964.067	900.035						

Em 22 de janeiro de 2020 a Companhia efetuou a 13ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R\$75.000, com vencimento em 22 de janeiro de 2022 e remuneração de CDI mais 0,70% ao ano. Os recursos serão utilizados no fortalecimento do capital de giro da Companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulantes têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	162.164
2022	174.475
2023	57.841
2024	170.222
Após 2024	62.422
Total	627.124

18. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldo em 31/03/2020
Arrendamentos operacionais	5	8,89%	6.240	2	(370)	21	5.893
Total			6.240				5.893
Circulante			2.243				2.497
Não circulante			3.997				3.396

Em 31 de março de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	1.134
2022	544
2023	365
2024	358
Após 2024	995
Total	3.396

19. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto s/circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	64.611	62.597
Encargos sociais	9.531	9.997
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	19.555	14.031
Contribuição social s/o lucro líquido - CSLL	7.366	5.758
Contribuição ao PIS e a COFINS	22.098	20.672
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	670	965
ISS	336	977
Outros	1.120	1.065
Total	125.287	116.062
Circulante	101.752	93.844
Não circulante	23.535	22.218

(*) Inclui R\$8.583 (R\$7.302 em 31 de dezembro de 2019), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares, em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 6).

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018	72.403	33.913	913	3.373	110.602	151.717
Constituições de provisões	10.391	11.786	-	-	22.177	56.127
Reversões de provisões	(3.826)	(4.783)	(413)	-	(9.022)	(37.496)
Pagamentos realizados	(5.530)	(4.970)	-	-	(10.500)	(63.502)
Atualização monetária	587	300	7	35	929	3.756
Saldo final -31/03/2020 e 31/12/2019	74.025	36.246	507	3.408	114.186	110.602
Cauções e depósitos vinculados (*)					(20.655)	(20.503)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$83.392 (R\$84.053 em 31 de dezembro de 2019). Desse total, R\$62.737 (R\$63.550 em 31 de dezembro de 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto a periodicidade das promoções dos funcionários (NP/212), indenização por tempo de serviço (ACT/90) e subsidiariedade/solidariedade.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais envolvendo Danos Elétricos, Interrupção de Fornecimento, Reclamação de Consumo e Inscrição no Serasa.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária referem-se basicamente a quatro processos, dos quais dois discutem execução de multa do PROCON, um discute execução de ISS e um discute exigibilidade da contribuição INCRA.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente a possível descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018	37.879	307.156	68.798	413.833	565.996
Novos processos	4.219	4.304	-	8.523	30.419
Mudança de prognósticos e valor pedido	(3.519)	(878)	-	(4.397)	(163.314)
Encerramento	(1.748)	(3.738)	-	(5.486)	(37.197)
Atualização monetária	326	2.768	718	3.812	17.929
Saldo final -31/03/2020 e 31/12/2019	37.157	309.612	69.516	416.285	413.833

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas, têm como objetos principais pleitos os objetos verbas contratuais/legais e processos de responsabilidade subsidiária/solidária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais envolvendo Cobrança por Irregularidade, Ligação Nova, Reclamação de Consumo, Inscrição no Serasa e Suspensão de Fornecimento.

Principais processos:

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$176.546 (R\$174.968 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$65.467 (R\$64.881 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária envolvendo discussões sobre: (i) o creditamento do PIS e da COFINS em razão do tratamento contábil e fiscal utilizado pela empresa em atendimento à revisão tarifária imposta pela ANEEL; e (ii) diferença no recolhimento da Contribuição Previdenciária.

Principal processo:

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$52.152 (R\$51.613 em 31 de dezembro de 2019), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

21. Encargos setoriais e incorporação de redes

21.1. Taxas Regulamentares

	31/03/2020	31/12/2019
Taxa de fiscalização - ANEEL	370	370
Encargo Capacidade Emergencial - ECE	100	100
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE	5	5
Total - Circulante	475	475

21.2. Obrigação do Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016.

Segue demonstrativo das contribuições:

	31/03/2020	31/12/2019
Fundo Nacional Desenv. Científico tecnológico - FNDCT	860	900
Ministério de Minas e Energia - MME	430	450
Programa Nacional de Cons. de Energia Elétrica - PROCEL	5.533	4.886
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	28.476	27.106
Programa de Eficiência Energética - PEE	16.177	15.057
Total	51.476	48.399
Circulante	39.006	36.948
Não circulante	12.470	11.451

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível tem como contrapartida Obrigações Especiais.

21.3. Incorporação de redes particulares

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de

Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018	4.843	10.501
Adição	58	1.602
Atualização monetária e juros	139	(5.147)
Baixas - pagamentos	(445)	(2.113)
Saldo final -31/03/2020 e 31/12/2019	4.595	4.843

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$616.732 (R\$616.732 em 2019) e está representado por 647.015 ações ordinárias (647.015 em 2019), todas nominativas sem valor nominal.

22.2. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2020, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2019, no montante de R\$112.386, equivalentes a R\$173,698919144 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 07 de abril de 2020.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2020, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 29 de fevereiro de 2020, no montante de R\$43.306, correspondente a R\$66,932069890 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados a partir do dia 03 de abril de 2020, com base na posição acionária da Companhia em 25 de março de 2020.

23. Receita operacional

Receita Bruta	31/03/2020			31/03/2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	855.999	564.367	444.637	836.714	557.803	399.813
Industrial	7.155	69.122	48.158	7.532	75.995	48.951
Comercial	79.200	274.251	209.609	78.945	289.512	197.953
Rural	89.145	150.996	95.877	88.691	145.488	79.891
Poder público	8.745	65.301	47.256	8.847	66.560	42.842
Iluminação pública	2.752	51.772	22.477	2.729	55.947	21.775
Serviço público	1.353	40.473	24.314	1.312	39.027	20.862
Consumo próprio	230	1.900	-	223	1.930	-
Subtotal	1.044.579	1.218.182	892.328	1.024.993	1.232.262	812.087
Suprimento de energia a concessionárias	-	-	979	-	10.320	66.090
Fornecimento não faturado líquido	-	12.086	15.540	-	(5.036)	(421)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	200	-	64.421	166	-	54.196
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	41.252	-	-	42.832
Penalidades regulatórias	-	-	(5.007)	-	-	(4.497)
Outras receitas operacionais	-	-	4.611	-	-	5.232
Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	5.659	-	-	11.508
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	(28.293)	-	-	77.422
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	51.613	-	-	52.611
Total - receita operacional bruta	1.044.779	1.230.268	1.043.103	1.025.159	1.237.546	1.117.060
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	181.580	-	-	165.011
PIS	-	-	16.572	-	-	17.410
COFINS	-	-	76.334	-	-	80.192
ISS	-	-	23	-	-	28
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT ⁽²⁾	-	-	(2.663)	-	-	12.672
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	2.588	-	-	2.781
Encargos de consumidor - Procel	-	-	647	-	-	695
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	70.907	-	-	84.368
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.294	-	-	1.391
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.294	-	-	1.390
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	647	-	-	695
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.109	-	-	979
Total - deduções receita operacional	-	-	350.332	-	-	367.612
Total - receita operacional líquida	1.044.779	1.230.268	692.771	1.025.159	1.237.546	749.448

(1) **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as Bandeiras Tarifárias no período findo em 31 de março de 2020, foram de R\$3.059 (R\$147 em 31 de março de 2019), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, o montante de R\$2.663 (repassado R\$12.672 em 31 de março 2019). Dessa forma, o efeito líquido das Bandeiras Tarifárias no resultado do período findo em 31 de março de 2020 foi de R\$5.722 (R\$12.525 em 31 de março de 2019).

24. Energia elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		R\$	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Energia de Itaipú - Binacional	231.410	227.597	71.976	58.275
Energia de Leilão	707.318	703.464	167.247	174.497
Energia Bilateral	52.270	59.841	13.684	13.585
Cotas de Angra - Resolução Normativa nº 530/2012	43.378	42.859	12.532	9.766
Energia de curto prazo - CCEE (*)	104.506	82.846	33.374	98.775
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1.410/2013	364.018	350.831	38.366	37.249
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	24.366	25.074	9.782	11.814
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(32.094)	(37.366)
Total	1.527.266	1.492.512	314.867	366.595

(*) Inclui, demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão.

(**) Informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

25. Lucro por ação

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	31/03/2020	31/03/2019
Numerador		
Lucro líquido do período	84.780	98.556
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	647	647
Lucro líquido básico por ação ordinária (*)	131,0	152,3

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

26. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, estão fora do escopo dos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			31/03/2020	31/12/2019
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	945	940
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	608	608
Auto - Frota	23/10/2020	Até 360/veículos	352	349
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2021	123.492	330	291
Transporte Nacional	04/04/2021	Até 2.000/transporte	22	16
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	46	46
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-R.E.T.A (Drones)	12/01/2021	228/drone	6	6
			2.309	2.256

(*) Importância Segurada relativa ao mês de fevereiro/2020 e prêmio anualizado.

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o Ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período foram de R\$5.659 (R\$11.508 em 31 de março de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativas nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		71.334	71.334	59.108	59.108
Consumidores e concessionárias		631.594	631.594	608.773	608.773
Ativos financeiros setoriais		213.773	213.773	262.103	262.103
		916.701	916.701	929.984	929.984
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	334.056	334.056	199.274	199.274
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	1.116.163	1.116.163	1.095.447	1.095.447
Instrumentos financeiros derivativos	2	100.737	100.737	61.602	61.602
		1.550.956	1.550.956	1.356.323	1.356.323

PASSIVO	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		230.008	230.008	254.848	254.848
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		1.831.835	1.875.987	1.717.444	1.718.403
Arrendamentos operacionais		5.893	5.893	6.240	6.240
Passivos financeiros setoriais		127.850	127.850	147.646	147.646
		2.195.586	2.239.738	2.126.178	2.127.137
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.609	1.609	4.211	4.211
		1.609	1.609	4.211	4.211

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio,

visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de março de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$8.559 (R\$4.525 em 31 de março de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair ValueOption

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair ValueOption”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair ValueOption” foi impactado em R\$1.314 (R\$3.851 em 31 de março de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida,

de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período / exercício são:

	31/03/2020	31/12/2019
Dívida (*)	1.831.835	1.717.444
Caixa e equivalentes de caixa	(71.334)	(59.108)
Dívida líquida	1.760.501	1.658.336
Patrimônio líquido	817.402	888.228
Índice de endividamento líquido	2,15	1,87

(*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		212.242	-	-	-	17.766	230.008
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	4,76%	223.884	253.351	733.534	547.827	931.091	2.689.687
Instrumentos Financeiros Derivativos		(920)	(212)	(76.727)	(11.370)	(9.899)	(99.128)
Total		435.206	253.139	656.807	536.457	938.958	2.820.567

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito

incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	71.334	59.108
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	334.056	199.274
Consumidores e concessionárias	5	631.594	608.773
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	1.116.163	1.095.447
Ativos financeiros setoriais	8	213.773	262.103
Instrumentos financeiros derivativos	27	100.737	61.602

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2020 com alta de 28,98% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,1987/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2020 era de 37,84%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de 10,37%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 31 de março de 2020 com alta de 26,40% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a 5,7264R\$/Euro. A volatilidade do Euro era de 26,54% em 31 de março de 2020.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 março de 2020, excluídos os efeitos dos custos a apropriar, de R\$1.835.810 (R\$1.721.490 em 31 de dezembro de 2019), R\$219.089 (R\$239.600 em 31 de dezembro de 2019) estão representados em moeda estrangeira conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm vencimento de longo prazo (último vencimento em maio de 2022) e custo máximo de 1,80% ao ano mais variação cambial.

Em 31 de março de 2020 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras se apresentem conforme segue:

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo circulante	2.741	1.098
Ativo não circulante	97.996	60.504
Total do ativo	100.737	61.602
Passivo circulante	1.609	4.211
Total do passivo	1.609	4.211

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiros (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair ValueOption
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair ValueOption
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.313	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair ValueOption

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Fair ValueOption	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida designada para “Fair ValueOption”	140.000	210.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(217.470)	(239.411)
Swap Cambial (Derivativo)	140.000	210.000	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	217.470	239.411
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(140.782)	(211.140)
			Posição Líquida Swap	76.688	28.271
			Posição Líquida Dívida + Swap	(140.782)	(211.140)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge) *	171.501	171.501	Taxa Pré-Fixada	(193.877)	(202.436)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) *	171.501	171.501	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	194.518	203.108
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(172.078)	(173.988)
			Posição Líquida Swap	22.440	29.120
			Posição Líquida Dívida + Swap	(171.437)	(173.316)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moeda estrangeira também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias).

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de	Cenário III (Deterioração de
Dívida Moeda Estrangeira	(140.000)		(110.796)	(157.863)	(204.929)
Varição Dívida	-		29.204	(17.863)	(64.929)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	217.470		188.266	235.333	282.399
Varição - USD e LIBOR	-		(29.204)	17.863	64.929
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(140.782)	Alta Câmbio	(140.782)	(140.782)	(140.782)
Varição - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	76.688		47.484	94.551	141.617
Total Líquido	(63.312)		(63.312)	(63.312)	(63.312)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa de moeda estrangeira futura do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de moeda estrangeira r é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar e euro spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2020, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$63.312 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$63.312 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam

obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	171.501		171.501	171.501	171.501
Varição Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	194.518		194.518	194.518	194.518
Varição - Taxa de Juros	-	Alta CDI	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(172.078)		(172.078)	(182.622)	(193.090)
Varição - CDI + TJLP	-		-	(10.544)	(21.012)
Subtotal	22.440		22.440	11.896	1.428
Total Líquido	193.941		193.941	183.397	172.929

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,01%, Selic = 1,01%, TJLP = 1,25% e TR = 0,00%) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	382.351	Alta do CDI	13.076	16.345	19.614
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(140.782)	Alta do CDI	(4.815)	(6.019)	(7.223)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.130.759)	Alta do CDI	(38.672)	(48.340)	(58.008)
	(194.392)	Alta do IPCA	(1.030)	(1.288)	(1.545)
	(291.570)	Alta do TR	-	-	-
Subtotal (**)	(1.757.503)		(44.517)	(55.647)	(66.776)
Total (Perdas)	(1.375.152)		(31.441)	(39.302)	(47.162)

(*) Considera o CDI de 31 de março de 2021 (3,42% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2020, IPCA 0,53% ao ano e TR 0% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$78.307.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

28. Benefícios pós-emprego

28.1. Plano suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 5 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, dois planos de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo

suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A Companhia patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

A contribuição da patrocinadora para os planos benefícios durante o período foi de R\$720 (R\$1.037 em 31 de março 2019).

28.2. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS (Central Nacional Unimed - CNU e SulAmérica). No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano conforme legislação, desde que assumam a totalidade do custeio. No período findo em 31 de março de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R\$3.999 (R\$3.730 em 31 de março de 2019). Inclui R\$147 (R\$74 em 31 de março de 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

29. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Contrato de compra de energia (*)					
Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
2020 a 2054	589.072	779.105	735.971	829.524	14.400.239

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo no período em 31 de março de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

30. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	31/03/2020	31/12/2019
Atividades operacionais		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de ativos	15.807	141.274
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	5.659	41.388
Incorporação de rede - transferência para obrigações especiais	58	1.602
Fornecedores	13.750	9.958
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	2	7.667
Atividades de investimentos		
Obrigações especiais - transferência de incorporação de rede	58	1.602
Aquisição de intangível em processo de pagamento	13.750	9.958
Intangível - CPC 06 (R2)	2	7.667

31. Evento subsequente

31.1. Bandeira tarifária

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de abril e maio, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

31.2. Reajuste Tarifário

Em 07 de abril de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.671 e Nota Técnica nº 37/2020-SGT/ANEEL, homologou reajuste tarifário, em vigorar a partir de 08 de abril de 2020. No entanto, considerando o momento atual de crise devido à COVID-19, o reajuste tarifário foi suspenso a pedido da Companhia até 30 de junho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros. O impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 6,90%.

31.3. Liberação de recursos - Despacho Aneel nº 986 de 07 de abril de 2020

Em 08 de abril de 2020 a ANEEL através do Despacho nº 986 determinou a CCEE que: (i) efetuassem repasse aos agentes de mercado detentores de consumo os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, em sua totalidade e na proporção do consumo líquido dos últimos 12 meses de cada agente, utilizada para restituição de montantes excedentes da Conta de Energia de Reserva (CONER), referente a última contabilização realizada; (ii) na operacionalização da liberação deverão ser retidos os valores inadimplidos por cada agente na última liquidação do Mercado de Curto Prazo os quais serão caucionados para abatimento do débitos na próxima liquidação; e (iii) ao longo do ano de 2020 operacionalize o disposto nos itens (i) e (ii) sempre que houver saldo positivo no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. Os montantes liberados naquela data foram de R\$20.395.

31.4. Empréstimos

Contratados

- ✓ Em 27 de abril de 2020 a Companhia captou junto ao Banco Santander Brasil S/A o montante de R\$65.000 com remuneração de 100,00% do CDI + 4,10% a.a. e vencimento em 09 de agosto de 2021.

Liquidados

- ✓ Em 27 de abril de 2020 a Companhia liquidou o contrato junto ao Banco Santander Brasil S/A no valor total de R\$67.637.

31.5. Ataque Cibernético

Os sistemas computacionais da Companhia sofreram ataque cibernético de hackers no final do dia 28 de abril de 2020, causando interrupção parcial e temporária nas operações da Companhia, sem no entanto, impactar o fornecimento de energia elétrica, muito embora o sistema de atendimento tenha operado com alguma contingência. A Companhia agiu rapidamente para a solução do problema acionando os planos de contingências e demais protocolos de segurança objetivando minimizar os impactos desta ação. Atualmente, os sistemas da Companhia estão progressivamente retornando a sua normalidade e ações para neutralizar novos ataques cibernéticos foram implementadas. O evento não proporcionou qualquer impacto na elaboração das Informações financeiras trimestrais ora apresentadas.

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Maurício Perez Botelho
Conselheiro

Luciano dos Santos Benevides
Conselheiro

Diretoria Executiva

Marcelo Vinhaes Monteiro
Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Paulo Roberto dos Santos
Diretor Técnico e Comercial

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Vicente Cortes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Alane Fernandes Maciel
Contadora
CRC-TO 003103/O “S” MS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.
Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9